Carla Matos

Responsável pelo Departamento de Fiscal
da CCA Advogados



# Um regime fiscal com potencial

Passados já alguns anos desde que foi lançado o regime fiscal dos residentes não habituais (RNH), que permite aos estrangeiros beneficiarem de condições mais benéficas em termos fiscais que nos seus países de origem, parece que, finalmente, as autoridades portuguesas compreenderam os seus benefícios.

Com efeito, o regime tem permitido que pessoas com elevada capacidade económica escolham Portugal e cá façam alguns investimentos, ajudando a dinamizar uma economia frágil e carente de estímulos positivos.

É certo que estes cidadãos têm um tratamento preferencial em termos fiscais, pois pagam sobre os seus rendimentos taxas mais baixas ou são mesmo isentos de qualquer pagamento. Mas, residindo em Portugal e tendo elevados rendimentos, são excelentes consumidores e investidores.

Assim, embora este regime não tenha um efeito direto nas receitas do Estado português, a verdade é que contribui, ainda que indiretamente, para as mesmas, através das aquisições (compra de imóveis, bens, serviços) que estas pessoas poderão fazer em Portugal.

Por este facto, não faz sentido que durante tanto tempo, em bom rigor desde 2009, este regime não tenha merecido, na nossa opinião, um tratamento adequado das autoridades com responsabilidades na sua divulgação externa. Também no plano interno melhor poderia ter sido feito ao nível de sensibilização das várias repartições de finanças (que sobre o regime pareciam ter mais dúvidas que certezas) e de eliminação de alguns entraves burocráticos que impediram que o regime arrancasse com a energia que corresponde ao seu potencial.

A situação nos dias de hoje parece conhecer uma inversão no sentido positivo no que à divulgação diz respeito, mas teme-se que a máquina fiscal não esteja a acompanhar este esforço. Será que as liquidações de muitos dos residentes não habituais sairão agora corretamente do sistema? Ou continuaremos com a situação anterior de termos surpresas de milhares de euros, em liquidações de IRS, que não deveriam implicar o pagamento de qualquer imposto?

Perante o número de residentes não habituais, que está a aumentar diariamente, espera-se uma cada vez maior uniformização de procedimentos e decisões. Caso contrário, corremos o risco de estar a criar falsas expectativas e trairmos a confiança de cidadãos estrangeiros, os quais, em vez de se tornarem eles próprios embaixadores deste regime, tornam-se seus detratores e inviabilizam a cativação de mais estímulos para a nossa economia por via de outros cidadãos com capacidade financeira que queiram adquirir casa em Portugal e dispender nos seus serviços elevadas quantias.

Resta-nos assim confiar que Portugal acordou e percebeu a importância deste regime para a sua recuperação. Poderá não ser a única forma e, obviamente, não será o fator mais importante, mas provavelmente poderá ajudar e isso, meus senhores, já é o suficiente.

**Corremos o risco de estar a criar falsas expectativas e trairmos a confiança de cidadãos estrangeiros**